



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª)

PERGUNTA Número 2784 / x ( 4ª)

Assunto: **Atrasos no pagamento das prestações de bolsas de estudo a alunos do Ensino Superior**

Destinatário: **Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

Expeça-se
Publique-se
18 / Junho /2009
O Secretário da Mesa <i>M. Correia</i>

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português teve novamente conhecimento da existência de atrasos no pagamento das bolsas de estudo a estudantes do Ensino Superior Público.

Ao contrário do que o Governo tem vindo a anunciar, nomeadamente no âmbito das audições parlamentares do Sr Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior pela Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, existem de facto diversas situações de atraso no pagamento das prestações devidas a estudantes por bolsas de estudo.

Aliás, relembramos que o Sr Ministro chegou mesmo a afirmar que não existia uma única situação de atraso nos pagamentos de prestações de bolsas de acção social escolar no ensino superior público e que foi desmentido pelos próprios estudantes e pelo Grupo Parlamentar do PCP dias depois e assim forçado a assumir esses atrasos perante provas materiais da sua existência. A deturpação da realidade e a mentira têm sido expedientes habituais do Governo em geral e do MCTES em particular, no entanto, importa conhecer a verdadeira situação do pagamento de bolsas.

Este Grupo Parlamentar tem conhecimento de atrasos no pagamento de prestações em diversas academias, das quais destaca a Universidade de Aveiro, onde inclusivamente foi realizado um abaixo-assinado com mais de 700 assinaturas de estudantes a exigir o pagamento das bolsas, perante um atraso de meses que aí se verificou. Também chegaram a este Grupo Parlamentar testemunhos de estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto que denunciam pagamentos de bolsas com grandes atrasos, sendo que alguns apenas receberam em Fevereiro, Março e até mesmo Maio, as prestações correspondentes a todo o período lectivo desde o seu início.

Da mesma forma, importa conhecer os resultados desses atrasos junto dos estudantes carenciados e das suas famílias, bem como finalmente conhecer as consequências da política de angariação de clientes para a banca que o Governo promoveu com a abertura legal da

atribuição de crédito específico para estudantes, com contra-garantias assumidas pelo próprio Estado.

Depois de requerer por diversas vezes ao Governo, por escrito e verbalmente em reuniões parlamentares, o estudo sobre a condição social dos estudantes contraentes de crédito bancário e as consequências dessa política no Ensino Superior e na condição social e económica dos estudantes e famílias, torna-se urgente conhecer, finalmente, esses resultados que o Governo tudo tem feito para esconder. Não é possível avaliar esta política de estímulo à actividade bancária e ao endividamento dos jovens e suas famílias sem dispor dos dados objectivos sobre os empréstimos a estudantes.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

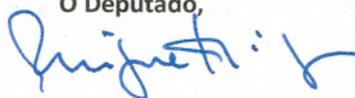
- 1- Por que motivos se verificaram os atrasos de meses no pagamento das prestações das bolsas de acção social aos estudantes da Universidade de Aveiro?
- 2- Por que motivos se verificaram os atrasos de meses no pagamento das prestações das bolsas de acção social aos estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto?
- 3- Que outros casos de atraso no pagamento das prestações de bolsas de acção social se verificaram ao longo do ano lectivo de 2008/09 no Ensino Superior Público?
- 4- Qual a composição social, etária e a distribuição regional dos estudantes que recorreram a empréstimos bancários para financiamento de estudos?
- 5- Quantos estudantes do Ensino Superior Público recorreram a empréstimos bancários no âmbito do protocolo do Estado com a Banca para a criação desse crédito?
- 6- Quantos dos estudantes que recorrem a empréstimos bancários são simultaneamente bolseiros de acção social?
- 7- Quantos dos estudantes que recorrem a empréstimos bancários fazem parte do número de estudantes que ficou sem acesso à acção social escolar directa como consequência da alteração do regulamento de atribuição de bolsas? E quantos estudantes, do universo dos que recorrem a empréstimos, foram beneficiários de acção social escolar no passado não o sendo actualmente?
- 8- Qual o montante total do endividamento actual dos estudantes para com a banca, no âmbito dos empréstimos a estudantes, no seu conjunto?
- 9- Não considera o Governo que o atraso no pagamento das prestações de bolsas de acção social escolar constitui, no quadro carenciado em que se encontram estes estudantes,

um estímulo ao endividamento e ao recurso ao crédito? Ou seja, não considera o Governo que, ao atrasar pagamentos ou incumprir o papel da acção social escolar, está de facto a alargar o negócio da venda de crédito a estudantes por parte da banca?

- 10- Considera justo que existam instituições bancárias, privadas ou públicas, a beneficiar e angariar lucros à custa de estudantes para financiar um direito e um serviço constitucionalmente assegurado como progressivamente gratuito?

Palácio de S. Bento, 18 de Junho de 2009

O Deputado,



Miguel Tiago